

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Maria de Lurdes Martins de Soares

**A REFORMULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
COM ÊNFASE NA PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS**

Porto Alegre

2015

Maria de Lurdes Martins de Soares

**A REFORMULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
COM ÊNFASE NA PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional de Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Professora Dra. Isabel Leticia Pedroso de Medeiros.

Porto Alegre

2015

RESUMO

O objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é apresentar uma análise das ações de um Projeto de Intervenção (PI) realizado em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental de Porto Alegre, ao final do ano de 2014 e início de 2015. A proposta originou-se de uma tarefa da Sala Projeto Vivencial do Curso de Especialização em Gestão Escolar, oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com o Ministério da Educação. O trabalho foi desenvolvido por uma aluna do curso que ocupa o cargo de vice-diretora da escola. O foco das ações foi a participação dos alunos no contexto escolar, com o objetivo de propiciar situações e/ou espaços coletivos de diálogo, oportunizando aos alunos vivenciarem relações mais democráticas, preparando-os assim para o exercício da cidadania. A metodologia empregada consistiu em uma pesquisa-ação, conforme Franco (2005) e Richardson [s.d.], o que exigiu a participação coletiva dos sujeitos envolvidos no processo. A partir das contribuições de Paro (2008), Vinha e Tognetta (2011), Araújo (2007; 2015), Puig (2000) e Cury (2005), foi elaborada a fundamentação teórica do Projeto de Intervenção realizado. A análise dos resultados revelou que conflitos cotidianos enfrentados no ambiente escolar podem ser resolvidos através do diálogo, permitindo assim a construção de valores éticos e preparando os alunos para o exercício da cidadania. Percebeu-se que um obstáculo que precisa ser superado são as práticas ainda autoritárias de muitos professores, onde cabe ao aluno apenas obedecer a normas já predeterminadas. Outro desafio é continuar ressignificando o conselho de classe e permitindo uma maior participação do aluno nesse espaço.

Palavras-chave: Participação. Alunos. Democracia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1	CONSELHOS DE CLASSE.....	11
2.2	REPRESENTANTES DE TURMA.....	12
2.3	CONSELHOS ESCOLARES.....	12
2.4	ASSEMBLEIAS ESCOLARES.....	14
3	REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	15
4	AÇÕES ANALISADAS.....	17
5	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	22
	REFERÊNCIAS.....	23
	APÊNDICE A – Questionário usado pelo Conselho de Classe.....	25
	ANEXOS.....	27
	ANEXO A - Pré- conselho – avaliação da turma.....	27
	ANEXO B – Discurso de um candidato à representante de turma.....	29
	ANEXO C – Discurso de uma candidata a representante de turma.....	31
	ANEXO D – Questionário respondido por um aluno.....	32
	ANEXO E – Conselho de Classe.....	34

1 INTRODUÇÃO

A realização de um Projeto de Intervenção (PI) foi a principal atividade proposta na Sala Ambiente Projeto Vivencial do Curso de Especialização em Gestão Escolar. Curso oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em parceria com o Ministério da Educação (MEC), dentro do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica. O Projeto de Intervenção (PI) foi a fonte para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que teve como eixo central a atuação do cursista-gestor na resolução de uma problemática considerada relevante dentro do seu contexto escolar, estando essa vinculada ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da referida escola.

A instituição escolar na qual foi desenvolvido o PI, é mantida pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, está localizada na zona sul de Porto Alegre e oferece Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, nos turnos manhã e tarde. Atende atualmente 1275 (mil, duzentos e setenta e cinco) alunos, possui 55 (cinquenta e cinco) professores e 15 (quinze) funcionários. Apresenta um bom espaço físico e conta com ginásio de esportes, auditório, laboratório de informática, biblioteca, refeitório e secretaria. Possui além das 23 (vinte e três) salas de aula, salas específicas de: atendimento pedagógico e orientação escolar, recursos, multimeios, reuniões e professores.

Geralmente, a escola defende a prática democrática. Porém, basta refletir sobre uma série de indagações para perceber que a escola adota uma prática distanciada daquilo que se defende.

Dentre os questionamentos decorrentes da minha vivência, destaco: A escola tem estimulado e criado condições para a organização dos alunos? A escola escuta os alunos? A escola solicita a participação dos alunos, dos pais e da comunidade na construção e revisão do projeto político-pedagógico? Os alunos discutem questões pertinentes ao planejamento, avaliação, ambiente escolar e relações interpessoais? Quem estabelece as regras disciplinares? Elas enfatizam somente os deveres do aluno, ou também enfatizam os direitos? Quem determina a organização dos espaços escolares? Os alunos participam dos processos decisórios da escola? Quem costuma avaliar o aluno? Somente o professor? Quando eles são avaliados? Os segmentos escolares (equipe diretiva, professores e funcionários) costumam ser

avaliados pelos alunos? Há prestação de contas do que é arrecadado na escola? Como, quando e para quem? Como a escola e a equipe diretiva se relacionam com a comunidade escolar?

As respostas a essas questões, na maioria das vezes, não são afirmativas, são contraditórias ou insuficientes. Sendo assim, mudanças deveriam ocorrer no cotidiano da escola para que o discurso e a prática se tornassem coerentes, construindo um espaço mais democrático, participativo e de qualidade.

Diante disso, a partir de leituras e reflexões específicas, foram planejadas práticas pedagógicas que possibilitaram discussões e tomada de decisões, a fim de mostrar a cada aluno a importância da sua participação no ambiente escolar e para construção da cidadania.

Para subsidiar as práticas, foram considerados os textos indicados no decorrer das salas do Curso de Especialização em Gestão. Autores como Paro (2008), Vinha e Tognetta (2011), Araújo (2007; 2015), Puig (2000) possibilitaram o suporte teórico da ação, enquanto Franco (2005) e Richardson [s.d.], o suporte metodológico no que se refere à utilização da pesquisa-ação.

Este trabalho apresenta seções que contextualizam as leis que respaldam a gestão democrática; discutem maneiras de estimular a participação dos alunos na escola e ainda sugerem espaços que possibilitam essa prática democrática. Logo após, são apresentadas a metodologia utilizada e a análise das ações realizadas. Por fim, algumas considerações destacando a importância da prática contínua do processo de participação no ambiente escolar como forma de concretizar a gestão democrática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico apresentado nesta seção analisa a gestão democrática da escola, apontando implicações legais, teóricas e operacionais, fundamentando a importância de práticas participativas no contexto escolar.

Em uma gestão democrática, o gestor escolar tem um papel importante no funcionamento da escola. O seu desempenho é determinante para qualificar as atividades administrativas e pedagógicas da instituição em que atua.

Cury (2005, p. 14) salienta que a “gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução de conflitos”. Nesse contexto, a participação efetiva de todos os membros da comunidade escolar (alunos, professores, pais, funcionários e gestores) é condição para democratizar a escola e a sua gestão. Logo, para cumprir bem o seu papel, o gestor precisa conhecer as leis que regulamentam a gestão escolar.

A legislação em vigor respalda o princípio da gestão democrática da educação. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei 9394/96 (BRASIL, 1996) – possuem artigos que preconizam uma gestão participativa, colegiada e dialógica envolvendo os diversos segmentos do processo ensino-aprendizagem.

O termo “gestão democrática” foi incluído na Constituição Federal de 1988 como um princípio, conforme consta no art. 206, inciso VI: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

Já no texto da LDBEN, a expressão “gestão democrática” repete e amplia o que determina a CF/88. Assim, o art. 3, inciso VIII, estabelece como um dos princípios do processo educativo a “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. No art.14, incisos I e II, a gestão democrática é novamente inserida:

Art.14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Como é possível perceber, o Projeto Político-Pedagógico ganhou um importante destaque na LDBEN, que garante a participação da comunidade escolar na elaboração dos documentos que orientam as ações da escola.

A construção de conhecimentos, valores e posturas diante da vida são as contribuições mais importantes que a escola pode oferecer ao educando. Para isso, a escola precisa se organizar e elaborar um planejamento que auxilie seu trabalho. Esse planejamento, conhecido como Projeto Político-Pedagógico (PPP), configura-se como uma forma de planejamento pedagógico, político e administrativo.

O PPP reflete o esforço coletivo no sentido de estabelecer ações que servirão de elo entre o existente e o desejável na busca de uma educação de qualidade. A construção do PPP precisa envolver todos os segmentos: gestor, professores, alunos, funcionários, pais e comunidade, exigindo assim, da escola, uma gestão democrática. Ele precisa, portanto, ser elaborado, executado e avaliado de forma conjunta, garantindo a unidade do trabalho escolar.

O PPP não deve ser considerado um instrumento formal e que permanece estante na gaveta do diretor. Ele é sim, um espaço privilegiado para a participação de todos na construção de uma escola transparente, plural, autônoma, democrática e de qualidade. Logo, o Projeto Político-Pedagógico torna-se eixo da gestão democrática.

A escola pode ser considerada um importante espaço para desenvolver a democracia participativa e a gestão democrática na educação, podendo favorecer o exercício da cidadania consciente e compromissada com os interesses do cidadão.

A LDBEN também estabelece diretrizes e procedimentos que estão relacionados à gestão democrática. O art. 9 estabelece que a União, em colaboração com os demais entes federados, deve elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE), assim, o PNE criado por meio da Lei nº 13.005/2014, estabelece no artigo segundo:

Art. 2 São diretrizes do PNE:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Já a meta 19 do atual PNE afirma ser necessário:

[...] assegurar condições, no prazo de dois anos, para efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Diante disso, vale ressaltar a estratégia 19.4 que estimula a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis; a estratégia 19.5 que estimula a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares como instrumentos de participação e fiscalização da gestão escolar e educacional e a estratégia 19.6 que estimula a participação de profissionais da educação, alunos e pais na formação do PPP, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares. Sendo assim, para alcançar essa meta e suas estratégias, é fundamental aprimorar as formas de participação dentro da escola.

A Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Em seu art. 54, inciso II, fica estabelecida a obrigatoriedade da gestão democrática no ensino público envolvendo a participação da comunidade escolar na gestão da escola e na tomada de decisões coletivas. O art. 55, do mesmo documento legal, refere-se à gestão democrática como forma de superar o autoritarismo no planejamento e na organização curricular, educando para a conquista da cidadania. Destaca-se em seu inciso V, a oferta na escola de espaços de convivência para os alunos como forma de estabelecer relações interpessoais.

Desse modo, conhecer a legislação educacional torna-se fator importante, pois é nela que estão definidos os direitos e os deveres do cidadão. Assim, conhecendo seus próprios limites e das autoridades, ele será capaz de reivindicar seus direitos e apresentar sugestões para satisfazê-los. A gestão democrática implica, portanto, participação dos atores em decisões, bem como o acompanhamento das ações.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, foi especialmente criado para se fazer conhecer os direitos e os deveres da criança e do adolescente.

No que se refere ao campo educacional, o ECA dispõe no art. 53 que: "A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho." O inciso IV do mesmo artigo, também lhes assegura o "direito de organização e participação em entidades estudantis".

O art. 205 da CF/88 deixa claro que a educação é um direito de todos e dever do Estado, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa e preparo para o exercício da cidadania. Portanto, está na Constituição o respaldo para ações escolares que estejam em consonância com uma gestão democrática. Conforme Gentili e Alencar,

Cidadania deve ser pensada como um conjunto de valores e práticas cujo exercício não somente se fundamenta no reconhecimento formal dos direitos e deveres que a constituem na vida cotidiana dos indivíduos (GENTILI; ALENCAR, 2001, p.87).

A escola, enquanto instituição pública, além de ensinar Ciências, Matemática, História, Geografia e outras disciplinas, precisa também se preocupar com a construção da cidadania. Nesse sentido surge a pergunta: como a escola, em sua relação cotidiana com os alunos, expressa seu propósito de "formar para a cidadania"? Um dos caminhos possíveis é possibilitar a participação ativa dos alunos no contexto escolar.

A ideia de participação é polissêmica. Há muitos significados e diferentes formas de realizá-la. Num sentido mais amplo, a participação refere-se à ideia de adesão das pessoas a grupos produzidos a fim de organizar a sociedade. Num sentido mais restrito, significa a presença ativa dos cidadãos na tomada de decisões da sociedade. E essa ideia está relacionada com a participação política ou cidadã do indivíduo.

É fundamental garantir a participação dos alunos nos espaços decisórios para que se possa compreender que expectativas crianças e jovens tem em relação à escola. Puig (2000) considera a participação do aluno na escola como um dos pilares na formação humana.

Ações que objetivam ampliar a participação escolar envolvem aspectos fundamentais como: aprender a conviver com autonomia, cooperar, adquirir sentido de justiça e dialogar. Assim, o ambiente escolar pode oportunizar a aprendizagens a respeito da democracia (PUIG, 2000).

Dessa forma, os espaços participativos existentes na escola podem se tornar privilegiados na medida em que oportunizam o aprendizado da cidadania. A escola precisa ser democrática. A participação pode ser uma experiência importante na vida das crianças e dos jovens que vivem hoje numa sociedade que tende ao individualismo, ao empobrecimento dos valores e das práticas coletivas.

A experiência participativa permite que crianças e jovens vivenciem valores como solidariedade, justiça, responsabilidade, respeito ao outro e às diferenças; possibilita que esses aprendam a usar o diálogo nas mais diversas situações e a comprometerem-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade. Esses valores e essas atitudes precisam ser aprendidos e desenvolvidos com os alunos e, portanto, cabe à escola promover oportunidades para isso. Araújo (2015) salienta que os alunos devem conviver com a prática e desenvolver a autonomia para eleger valores para si de forma consciente.

Puig (2000, apud Araújo, 2007, p.14) “entende que uma escola democrática define-se pela participação do alunado e do professorado no trabalho, na convivência e nas atividades de integração”. Portanto, os professores em suas práticas pedagógicas necessitam priorizar a participação e a experimentação do exercício democrático. Participar é algo que se aprende. Os alunos aprendem quando atuam, interagem e refletem sobre o mundo.

Se a escola realmente deseja formar para a cidadania, precisa, então, oferecer aos alunos a possibilidade de experimentar a participação, democratizando a gestão ao criar oportunidades para a manifestação de diferentes opiniões e interesses. Para isso, a escola precisa incluir no seu projeto político-pedagógico metodologias que dialoguem com as vivências e experiências trazidas pelas crianças e jovens.

Paro (2008, p. 18) salienta que “a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta”. Assim, é importante considerar a participação de toda a comunidade escolar, mas, de que forma a escola poderá estimular a participação dos estudantes?

A escola precisa criar espaços que promovam o diálogo e a participação no dia-a-dia de suas atividades, de forma a permitir que os alunos, professores e a comunidade se tornem atores e atrizes efetivos na construção da cidadania participativa.

Galina e Carbello (2008, p. 11) afirmam que “os espaços de participação, como os colegiados, associações e agremiações, consagram-se como grandes conquistas nas escolas” e devem oferecer condições concretas para o exercício da cidadania.

Espaços e iniciativas como as assembleias escolares, os conselhos escolares, o conselho de classe e a eleição de representantes de turma são modelos de práticas participativas que quando implementadas nas escolas, fornecem a matéria-prima para que, de forma democrática, os membros da comunidade escolar possam construir valores éticos e morais. Tais iniciativas serão tratadas a seguir.

2.1 CONSELHOS DE CLASSE

O conselho de classe é um momento de discussão sobre os aspectos pedagógicos da turma em questão. Muitas escolas usam esse momento para “falar dos alunos”: indisciplina, faltas, notas e baixo desempenho. É preciso dar um novo significado ao conselho de classe. Segundo Paro,

Os conselhos de classe, por exemplo, não podem continuar sendo instâncias meramente burocráticas, onde se procura apenas justificar o baixo rendimento do aluno, colocando a culpa em fatores externos à escola. É preciso prever instrumentos institucionais que avaliem não apenas o rendimento do aluno, mas o próprio processo escolar como um todo, com a presença de alunos e de pais, pois eles são os usuários da escola e a eles compete apontar problemas e dar sugestões de acordo com os seus interesses (PARO, 2008, p.81).

Sob o ponto de vista democrático, o conselho de classe precisa contar com a participação do aluno, envolvendo-o de modo crítico e reflexivo para que o mesmo visualize não somente os resultados alcançados, mas também as dificuldades encontradas para que possam ser retrabalhadas. É preciso ouvir a opinião daqueles para quem se dirige a ação educativa: os alunos. O aluno é o sujeito do processo ensino-aprendizagem, por isso precisa participar, apontando críticas, ideias e sugestões. A escola necessita ser um espaço de diálogo entre alunos, professores e direção, possibilitando assim as necessárias mudanças e melhorias para todos.

O conselho de classe não pode ser um meio de classificação do aluno, mas sim um espaço de participação democrática no qual todos os envolvidos possam analisar os resultados obtidos em benefício da qualidade da educação.

2.2 REPRESENTANTES DE TURMA

A eleição dos representantes de turma é uma prática que permite aos alunos aprenderem que o voto é um dos pilares da democracia, regime que procura a participação social e política dos cidadãos. Quando os alunos escolhem um colega para manifestar os anseios da turma junto à direção da escola, estão dando os primeiros passos de uma longa vida cidadã.

Puig (2000) salienta que a escola pode ser qualificada como democrática na medida em que contribui para preparar o aluno para viver em uma sociedade também caracterizada pela democracia. Nesse sentido, valorizar o papel do representante de turma é uma forma de estimular a autonomia do aluno no ambiente escolar, aspecto imprescindível torná-lo um coautor do processo ensino-aprendizagem.

A escola precisa proporcionar momentos de diálogo junto com as turmas para conscientizar os candidatos a representante do papel que irão exercer, deixando claro o que se espera do representante. Também os alunos podem manifestar que tipos de representação desejam. Isso é aprender com a prática a ser cidadão.

2.3 CONSELHOS ESCOLARES

Os conselhos representam a diversidade de vozes dos diversos segmentos da comunidade escolar: pais, professores, alunos, funcionários e direção. Quando instituídos nas escolas, se constituem em verdadeiros espaços de exercício da cidadania.

As discussões ocorridas nos conselhos manifestam as diferenças de interesses entre esses segmentos e, em muitas escolas, só as ideias da direção preponderam no grupo. Sobre isso, Paro (2008) afirma que quando o diretor de escola usa a autoridade para organizar um conselho apenas para cumprir uma formalidade e que não atua, mantém-se sozinho para tomar as decisões.

Entretanto, o conselho escolar pode se transformar num espaço de deliberação coletiva na medida em que for ampliada a participação da comunidade.

Para isso, cada integrante precisa ter consciência do seu papel na resolução de situações referentes aos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros do cotidiano escolar. Nesta perspectiva, Paro afirma que

A instalação de um conselho de escola, constituído por representantes eleitos pelos vários setores da escola, com efetiva função de direção em regime de cooperação entre seus membros, parece ser uma medida que avança bastante no sentido de superar a atual direção monocrática da escola pública (PARO, 2008, p.103).

Logo, para que a escola seja democrática, é necessário partilhar o poder, oportunizando à comunidade ações concretas para que possa participar, analisar, aconselhar, propor sugestões, escolher, executar e se mobilizar. Esse é o papel do conselho escolar.

2.4 ASSEMBLEIAS ESCOLARES

Hoje uma das grandes preocupações dos professores é a maneira como os alunos resolvem os conflitos cotidianos na escola.

Concordo quando Paro (2008, p.47) afirma que conflito é “uma condição necessária para a luta por objetivos coletivos de mais longo alcance como o efetivo oferecimento de ensino de boa qualidade para a população”.

Nesse contexto, as assembleias escolares apresentam-se como uma possível alternativa devido ao seu caráter democrático que envolve a comunidade escolar de forma dialógica com envolvimento pessoal dos alunos para alterar o que for necessário e melhorar a convivência do grupo. Conforme Araújo,

O trabalho com assembleias escolares complementa a perspectiva de novos paradigmas em resolução de conflitos, pois permite compreender os valores e princípios éticos que devem fundamentar o coletivo da classe. Ao mesmo tempo, evidentemente, permite a construção psicológica, social, cultural e moral do próprio sujeito, em movimento dialético em que o coletivo transforma e constitui cada um de nós que, ajudamos na constituição dos espaços e das relações coletivas, modificando-as (ARAÚJO, 2015, p.24).

Tognetta e Vinha (2011) classificam as assembleias em: assembleias de classe, assembleias de nível ou segmento, assembleias de escola e assembleias docentes. Todas são consideradas importantes em uma escola democrática.

As assembleias tratam de temas referentes à convivência escolar e às relações interpessoais.

Essas são algumas das várias iniciativas que ampliam a participação dos alunos. Todas dependem de um posicionamento da escola em querer se tornar um espaço mais democrático e mais participativo. É necessário que todos aprendam juntos como se conquista o direito de participar. Sobre isso, Paro (2008, p.19) contribui, afirmando que “se quisermos caminhar para essa democratização, precisamos criar mecanismos que construam um processo inerentemente democrático na escola”.

Enfim, se a escola for encarada como espaço de formação para cidadania, é necessário rever os currículos, as práticas cotidianas e as metodologias de ensino. Nesse sentido, Paro (2008, p. 19) ao afirmar que “sem transformação na prática das pessoas não há sociedade que se transforme de maneira consistente e duradoura”, reforça a importância do papel da escola.

Concluindo, a gestão democrática pode contar com diferentes espaços para enfatizar e aprofundar a participação e o protagonismo dos estudantes. Dentre eles: conselho de classe, representante de turma, conselhos escolares e assembleias escolares. Para tanto, tais espaços devem ser claramente explicitados no Projeto Político-Pedagógico, documento orientador da vivência na escola. Ações que potencializam isso são possíveis, como por exemplo, um Projeto de Intervenção desenvolvido em uma escola com vistas à construção de uma gestão mais democrática, a ser apresentado na sequência.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Esta seção enfatiza processos e mecanismos de participação possíveis de serem implementados na escola, a fim de permitir que alunos se tornem atores efetivos da construção da cidadania participativa.

O Projeto de Intervenção (PI) que originou este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi realizado com base na pesquisa-ação, visando intervir na prática de modo inovador no decorrer do próprio processo de pesquisa. Através da pesquisa-ação foi possível desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática.

Franco (2005) afirma que o pesquisador-ator deve ser capaz de se colocar disponível aos atores, de modo a permitir-lhes observar e compreender a lógica das ações. Logo, ficou claro que seria necessário mudar as práticas utilizadas no ambiente escolar e criar espaços dialógicos no dia-a-dia da escola, a fim dos “atores” ouvirem, serem ouvidos, exporem seus anseios e necessidades, buscando assim, a democracia tão almejada.

O Projeto de Intervenção, envolvendo equipe diretiva, professores e representantes do conselho escolar, foi iniciado em novembro de 2014 se estendendo no decorrer de 2015, seguindo as seguintes etapas:

Etapa 1: Formação

- Formação com a equipe diretiva através de leituras relacionadas com o tema/foco do PI – Participação;
- Reflexão e debates com a equipe de professores e com os alunos sobre as práticas pedagógicas que possibilitam a participação e a experimentação do exercício democrático.

Etapa 2: Sensibilização

- Palestras e apresentação de vídeos motivacionais para alunos sobre o papel dos representantes de turma;
- Apresentação do documentário “Assembleias escolares” para professores e alunos, seguida de reflexão;

- Reuniões com pais, alunos, professores e equipe diretiva para refletir sobre a necessidade de criar normas de convivência na escola.

Etapa 3: Implantação

- Elaboração de um cronograma de assembleias de classe periódicas com as turmas juntamente com os professores responsáveis pelas mesmas;
- Realização das assembleias de classe com as turmas e de escola com representantes de turma, professores e equipe diretiva;
- Eleição de representantes de turma;
- Aperfeiçoamento do conselho de classe: criação do pré-conselho onde professores relataram avanços e dificuldades dos alunos e alunos, suas relações com o ambiente escolar;
- Escolha do novo modelo de uniforme escolar.

Etapa 4: Avaliação

- Avaliação dos resultados obtidos das práticas participativas utilizadas coletivamente com os professores, com os alunos e com a equipe diretiva.

Etapa 5¹:

- Construção de um material próprio relatando os resultados obtidos com o tema trabalhado “participação” Sugestão: cartilhas informativas, vídeos e outros.

Estas 5 (cinco) etapas constituíram o PI, embasado na pesquisa-ação, a qual segundo Richardson [s.d.], passa por etapas. Assim, é necessário fazer primeiramente um diagnóstico a fim de identificar e definir o problema e conseqüentemente, estabelecer o planejamento de ações para solucioná-lo.

Vale aqui ressaltar que ocorreu um monitoramento ao longo das etapas desenvolvidas do PI, a fim de redirecionar algumas das ações planejadas e/ou executadas. Ações que serão analisadas a seguir.

¹ Esta etapa, em virtude da falta de tempo, não pode ser realizada até o momento da elaboração do TCC.

4 AÇÕES ANALISADAS

Esta seção traz uma reflexão sobre as ações que foram planejadas e implementadas na escola visando construir uma gestão mais democrática, através da participação dos alunos.

Todas as ações mostraram que a melhor forma de ensinar alunos e professores é estimulando reflexões e vivências. A prática, o exemplo, a convivência e a reflexão, em situações reais, fazem com que os alunos desenvolvam atitudes coerentes em relação aos valores que a escola quer ensinar.

A convivência na escola constitui-se requisito básico na formação ética dos educandos. Daí a necessidade de gestores e professores reverem o ambiente escolar e as relações que estabelecem com os alunos, buscando a construção de um ambiente mais democrático.

O PI foi desencadeado a partir de uma dinâmica, realizada por uma professora da escola, com os alunos de 6º, 7º, 8º anos e 8ª série baseada no filme “Entre os muros da escola”. Ouvir os alunos foi a maneira encontrada para estimular a participação e organizar as ações do PI. Após refletirem sobre o filme, os alunos participaram de uma pesquisa de opinião, onde, sem se identificar, escreveram críticas, elogios e sugestões sobre a escola.

Criticaram: uso obrigatório do uniforme, proibição do uso de bonés, bagunça nas salas e corredores, proibição do uso de celular, regras impostas, limpeza dos banheiros, falta de respeito de alguns funcionários, alunos sem interesse, professores sem paciência, falta de professores.

Elogiaram: sala ambiente, merenda, amigos, alguns professores empenhados em recuperar conteúdos e aulas.

Sugeriram: armário para os alunos deixarem o material, uso do celular para pesquisa, câmeras no pátio, mais segurança e policiamento nos horários de entrada e saída, participação mais efetiva da direção no dia-a-dia dos alunos, aulas de teatro no turno inverso, professores escutarem mais os alunos, aulas mais interessantes, conselho de classe participativo.

Após este levantamento, foram realizadas as etapas do PI. A primeira ação foi realização de uma reunião com a equipe diretiva e professores para ouvir sugestões de práticas pedagógicas que permitissem mais a participação dos alunos. Foram

sugeridas assembleias de turma, eleição de representantes de turma e um aperfeiçoamento do conselho de classe com um maior envolvimento e contribuição dos alunos.

Para fundamentar as ações, em janeiro de 2015, foi feita uma pesquisa sobre autores da área de Educação que poderiam dar suporte teórico-metodológico ao tema escolhido do PI. Para isso, achei interessante fazer leituras dos autores Paro (2008), Vinha e Tognetta (2011), Araújo (2007; 2015), Puig (2000) Franco (2005) e Richardson [s.d.].

Na primeira reunião de professores do ano de 2015, foi apresentado o vídeo “Assembleias Escolares” a fim de promover uma reflexão e indicar caminhos para construir relações democráticas no contexto escolar, pautadas no diálogo como forma de resolver conflitos. Também deu para perceber que o vídeo sensibilizou e encorajou alguns professores a promoverem tais práticas em suas salas de aula.

A implantação das assembleias de turma deveria ser a etapa seguinte a ser realizada, mas os professores acharam melhor realizar antes, a eleição dos representantes de turma. Isto está em consonância com o que afirma Franco (2005, p. 491), “a flexibilidade de procedimentos é fundamental e a metodologia deve permitir ajustes”.

O processo de fortalecimento da representatividade discente (representante de turma) envolveu um acordo prévio com a direção, supervisão pedagógica e professores, a fim de que a iniciativa fosse efetivamente assumida pelo grupo, que deveria estar aberto aos conflitos que poderiam surgir.

O primeiro passo foi promover um encontro com cada turma para refletir e discutir sobre os seguintes temas: conceito de democracia; diferenças entre democracia direta e representativa; a importância do voto consciente; perfil e funções de um representante de turma; motivos que levam um aluno a assumir esse cargo representativo; sua visão no exercício do cargo e a visão dos colegas de turma e de outros membros da escola (professores, diretor e funcionários). Nessa mesma ocasião, os alunos foram informados que deveriam escolher um colega que representaria o coletivo da turma. A votação foi precedida por um debate. Os candidatos interessados ao cargo elaboraram um texto, enfatizando “Por que eu quero ser representante de turma?”.

A eleição dos representantes de turma mobilizou os alunos e permitiu aos “atores” envolvidos, o exercício da cidadania participativa nos processos de candidatura, elaboração de propostas, análise das propostas dos candidatos e escolha democrática dos mesmos. Duas turmas realizaram a escolha no 2º turno devido ao empate de candidatos. Os alunos tiveram a oportunidade de aprender com a prática. Os candidatos ao cargo elaboraram um “discurso” para comunicarem à turma porque gostariam de ser representantes e quais suas propostas com relação à turma. Alguns candidatos desistiram da eleição. Os alunos eleitos mostraram muita disposição para cumprir suas tarefas. Dois representantes foram destituídos pelas respectivas turmas, por não estarem cumprindo suas funções, portanto uma nova eleição foi feita.

Pelo exposto, é possível concluir que essa prática permitiu aos alunos aprenderem que o voto é um dos pilares da democracia – regime que garante a participação social e política dos cidadãos.

Na sequência, uma reunião foi realizada em abril de 2015 com os representantes eleitos e a equipe diretiva, onde na ocasião, foram retomadas as funções desempenhadas pelo representante e vice. As reuniões continuaram acontecendo quinzenalmente. Nestas, foi possível cada representante, como verdadeiro “porta voz” da turma, elencar as dificuldades encontradas no período e juntamente com a equipe diretiva e demais colegas, buscar soluções para os problemas apresentados.

As assembleias de turma foram iniciadas parcialmente, no final de abril. A cada encontro foi importante ressaltar para os alunos que o objetivo das assembleias. Não ser um espaço para resolver problemas em um passe de mágica, mas ser um espaço para dialogar sobre temas relacionados ao convívio escolar e relações interpessoais, procurando formar alunos comprometidos com a resolução dos conflitos e capazes de debater sobre o que lhes agrada e desagradam e comprometer-se com as combinações propostas. Percebi que alguns professores nas assembleias estabeleciam regras (combinações) que atendiam somente às próprias necessidades e não às dos alunos, tendo dessa forma uma atitude autoritária e, portanto, contrária a essa prática democrática. Também não foi possível realizar as assembleias com todas as turmas, pois alguns professores não disponibilizaram tempo nem espaço para essa prática.

No dia 30 de abril, ocorreu uma reunião de professores com a equipe diretiva a fim de avaliar qual o sentido do conselho de classe e como este contribui na melhoria do ensino-aprendizagem. Como de costume, o conselho de classe era um momento para “falar dos alunos”: indisciplina, faltas, notas baixas, atraso na entrega de tarefas e não se produzia nada de efetivo para melhorar e qualificar o ensino aprendizagem.

Dessa reunião, surgiu a ideia de dar um novo significado ao conselho de classe. Envolver mais os alunos com sua participação, opinião sobre as aulas, conteúdos estudados, práticas dos professores a fim de realizar mudanças necessárias e melhorar o planejamento dos professores e as condições de ensino. Para isso, questionários foram elaborados pela direção e professores e respondidos pelos alunos no final de maio.

Os estudantes reivindicaram uma melhoria na limpeza dos banheiros e também solicitaram a colocação de papel higiênico. Sugeriram mais aulas de informática. Questionaram a postura e a falta de domínio (de classe e de conteúdo) de alguns professores. Questionaram a aplicação de avaliações que não estavam de acordo com as aulas dadas. Também questionaram a postura da diretora e a forma como essa entra nas salas de aula, sem bater na porta. Elogiaram a merenda que lhes é oferecida. Alguns professores receberam elogios. Além disso, reclamaram quanto ao uso do uniforme, alguns alegando não usarem por ser muito quente e ter um bordado que machuca.

As críticas, os elogios e as sugestões foram expostos pelos alunos representantes de turma no dia do conselho de classe. Como era de se esperar, os professores sentiram-se inseguros quando os alunos começaram a falar. As críticas feitas pelos alunos não foram aceitas pela maioria dos educadores. Uma professora afirmou que “quem determina o que deve acontecer na sala de aula é o professor e não, o aluno”. Foi possível elencar algumas causas para essa resistência: concepções arraigadas, formação acadêmica, cultura autoritária e falta de uma formação continuada desses professores.

Portanto, essa forma de organização do conselho de classe, possibilita repensar relações e mecanismos pedagógicos para avançar no processo ensino-aprendizagem, procurando conscientizar cada integrante que a ação coletiva é uma referência para o exercício da cidadania.

Paro (2008, p.27) afirma que “a crítica dos membros da comunidade à atuação da escola pode sintetizar-se na seguinte pergunta: Se a escola não participa da comunidade, por que irá a comunidade participar da escola?” Nesse sentido, foram feitos pela direção, alguns encaminhamentos decorrentes das críticas feitas nas assembleias e conselho de classe, citados a seguir:

Limpeza dos banheiros - Os alunos reclamaram que os banheiros cheiravam mal e que estavam sem papel higiênico. A direção solicitou às funcionárias responsáveis um maior monitoramento na limpeza. Também explicou para os alunos que o número de funcionárias é pequeno para atender à demanda e que a limpeza depende do cuidado dos alunos. Foram confeccionados pelos alunos das séries iniciais, cartazes para os banheiros.

Postura da diretora - Os alunos reclamaram que a diretora era antipática, grosseira e muito autoritária. Após esse relato, a diretora mudou sua postura em relação aos alunos, começou a tratá-los com mais carinho, ouvir mais os alunos e aceitar sugestões.

Uniforme - Os alunos não gostavam de usar o uniforme, achavam quente, feio. Então a direção juntamente com o conselho escolar propôs a troca do uniforme. Foram confeccionados três modelos para serem apresentados aos alunos com novas cores e um novo logotipo. Toda a comunidade, principalmente os alunos, foi chamada a escolher o novo uniforme, mais adequado às solicitações, por meio de uma votação que também foi acompanhada por eles. Desde então, não aconteceram mais problemas com a obrigatoriedade do seu uso. Os alunos ficaram satisfeitos com a mudança.

Percebeu-se que o trabalho de conscientização sobre a importância da participação dos alunos nas decisões da escola, é condição para uma gestão democrática. Cabe salientar que o diálogo é fundamental nesse processo, permitindo rediscutir caminhos, analisar vivências, propor desafios, avançar e criar novas possibilidades.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O aprender contínuo é essencial em todas as profissões. Voltar a ser aluna depois de muito tempo, agora na condição de “professora-gestora”, foi para mim algo motivador. A formação é algo que pertence ao próprio sujeito e se inscreve num processo de ser (nossa vida, nossa experiência) e num processo de ir sendo (projetos, ideias de futuro).

Participar de uma formação continuada que contemplasse as variáveis que interferem no cotidiano escolar foi um grande desafio. O curso proporcionou um aperfeiçoamento e atualização no que se refere à legislação educacional, às formas de gestão, em especial a democrática, às formas de se relacionar com a comunidade escolar, fornecendo os subsídios necessários ao funcionamento da escola.

Reforçando a importância do Projeto Político-Pedagógico, compreendeu-se que ele pode, a partir do esforço coletivo de todos os segmentos que participam do processo educativo, estabelecer mecanismos para superação dos problemas enfrentados na escola, aqui retratados pela pouca participação dos alunos no ambiente escolar, visando à construção de uma educação com qualidade.

A disposição para a mudança e para a transformação da escola (incluindo a participação ativa dos alunos no conselho de classe, conselho escolar, assembleia de turma e a representatividade estudantil) potencializa a capacidade de atuação e fortalece todo o trabalho educativo. Quem ganha com isso é a escola que adquire mais força para atingir suas metas com os estudantes, o que reforça a própria instituição, proporcionando transformações cada vez mais duradouras.

Enfim, para tornar a escola democrática, é preciso lutar. Lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Lutar por uma escola onde desigualdade, autoritarismo e injustiça não tenham lugar. Lutar no combate às causas que impedem a participação. Mas para isso é preciso agir coletivamente no ambiente escolar, mudando tudo o que precisa ser mudado. Assim, os objetivos tão almejados poderão se concretizar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses F. **A educação e a construção da cidadania: eixos temáticos da ética e da democracia**. In: Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade / Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

_____. **Autogestão na sala de aula: as assembleias escolares**. São Paulo: Summus, 2015.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 14 jan. de 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm> Acesso em 14 jan. de 2015.

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p.

_____. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, define as diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

_____. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

CURY, Carlos A. Jamil. **Gestão democrática da educação pública**. Boletim 19. Ministério da Educação, Brasília, 2005.

FRANCO, Maria A. Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.3, p. 483-502, set./dez., 2005.

GALINA, Irene de Fátima; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. **Instâncias colegiadas: espaços de participação na gestão democrática da escola pública**. [s.d.]. Disponível em http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/47/Projeto_Vivencial/PV2-leituras/Carbello%20e%20Galina%20-%20INST%C2NCIAS%20COLEGIADAS.pdf> Acesso em 30 out. 2015.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. 7ªed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**. 3ªed. São Paulo: Ática, 2008.

ORIENTAÇÕES para elaboração de trabalhos acadêmicos: dissertações, teses, TCG de Pedagogia, TCE de Especialização; organização de Ana Gabriela Clipes Ferreira... [et al.] – Porto Alegre: UFRGS/FACED/BSE, 2014.

PUIG, Joseph M. **Democracia e participação escolar**. São Paulo: Moderna, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa-ação?** [s.d.]. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/47/Projeto_Vivencial/PV2-leituras/RICHARDSON_Como_fazer_Pesquisa_Acao.pdf> Acesso em 30 out. 2015.

TOGNETTA, Luciene Regina P.; VINHA, Telma Pileggi. **Quando a escola é democrática**. 2ª ed. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

APÊNDICE A – Questionário usado pelo Conselho de Classe

Conselho de classe – 1º trimestre

1. Ambiente escolar	1	2	3	4	5
Organização das salas de aula					
Ginásio de esportes					
Pátio					
Secretaria					
Limpeza do refeitório					
Merenda					
Limpeza dos banheiros					
Funcionários					

Sugestões: _____

2. Ensino-aprendizagem	1	2	3	4	5
Participação nas atividades promovidas pela escola					
Uso da sala de informática					
Uso de auditório e multimeios					
Oficina de Matemática					
Organização do material necessário às aulas					
Cadernos organizados					
Realização de temas de casa					
Entrega de bilhetes e recados aos responsáveis					
Solicitação de auxílio nas tarefas de casa					
Horário de estudo em casa diário					
Demonstra interesse pelas aulas participando					
Pontualidade na entrega de trabalhos					
Realização das avaliações nos dias marcados					
Recuperação de conteúdos					

Sugestões: _____

3. Disciplina	1	2	3	4	5
Uso de uniforme da escola					
Saídas durante o horário das aulas					
Pontualidade					
Conversas paralelas em sala de aula					
Desrespeito com colegas e professores					
Atuação dos representantes de turma					

Sugestões: _____

4. Professores	Mat	Port	Geo	Hist	Ciën	Rel	E.Fis	Artes	Esp
Segurança na exposição de conteúdos									
Utilização de recursos didáticos nas aulas									
Domínio de turma									
Interesse no aprendizado do aluno									
Organização									
Retorno das atividades é imediato									
Relacionamento professor/aluno									
Avaliações de acordo com aulas dadas									
Recuperação de conteúdos									

Sugestões para professores: _____

5. Equipe diretiva	1	2	3	4	5
Preocupada com a ordem e andamento da escola em geral					
Circula pela escola e conversa com os alunos					
Aceita sugestões e opiniões sobre atividades					
Atende pais e alunos					

Sugestões: _____

6. SOE

Sugestões: _____

ANEXO A - Pré- conselho – avaliação da turma



Pré-conselho de classe - avaliação da turma

1º trimestre/2015

Professor conselheiro: Amanda

Turma 8ºA

Data: 26/05/2015

Representante: Gislene

Vice-representante:

1. Perfil geral da turma:

A turma apresenta bom rendimento, na maioria das aulas faz todas as atividades, e muito unido e tem bom relacionamento com os professores. Das partes negativas, há muita conversa, alguns alunos dizem atrasados, alguns alunos não fazem as atividades e ~~alguns~~ alunos ~~alguns~~ alunos.

2. Avaliação das disciplinas:

a) Matemática:

As explicações do professor são ótimas, ligadas os dias que do resto de TPM. O professor torna as aulas divertidas e sempre faz com que lembremos de que foi aprendida anteriormente.

b) Língua Portuguesa:

A turma apresenta bom relacionamento com o professor e bom rendimento nas aulas. Parte negativa atraso na entrega dos trabalhos por parte de alguns alunos.

c) História

A turma apresenta dificuldade nas provas, falta de explicações nas perguntas de alguns alunos que não conseguem prestar atenção em função da conversa. Facilidade com os alunos que têm atenção e questionam.

d) Geografia:

Há falta de comunicação em relação às avaliações e muita repetição das matérias. Os alunos encontram dificuldade de entender a explicação e a letra dos professores. Deve-se ter mais clareza nos trabalhos e com sistema de avaliação.

e) Ciências:

O professor é ótimo e com suas brincadeiras relacionadas à matéria facilita para que os alunos aprendam e lembrem na hora das avaliações.

f) Espanhol:

Ho bem organizado entre a professora e os alunos, ela ajuda a turma dando dicas, explica bem os textos por partes antes dos alunos começarem a fazer, tem negativos: melhorar a letra.

g) Educação Artística:

Está tudo ótimo!

h) Educação Física:

A professora é muito exigente, cobra demais nas atividades físicas.
 Dos alunos muitos reclamam pela falta de recreação vale 18, pois acreditam que deve valer 30 como nas outras matérias.

i) Ensino Religioso:

Merem passar de Geografia

3. Escola:

a) O que está bom:

Limpeza

b) O que deve melhorar:

Os alunos acreditam que a diretora deve melhorar algumas atividades.
 Por exemplo:

- Batem na porta antes de entrar nas salas, pois acham falta de respeito com os professores e os alunos se incomodam, que atrapalha a aula.
 - Ser menos autoritária, ter mais tato ao tratar alunos e professores.

Porto Alegre, 26 de Novembro de 2016.

ANEXO B – Discurso de um candidato à representante de turma

06/04/15

PORQUÊ DEVO SER REPRESENTANTE DE TURMA?

ALUNO A

DEVO SER O REPRESENTANTE DA TURMA 9ª A, POR QUÊ SOU UMA PESSOA BASTANTE DEDICADA E QUE SÓ QUERO FAZER A COISA CERTA POR TUDO E POR TODOS QUE ESTIVEREM À MINHA VOLTA. SOU UMA PESSOA QUE ESTÁ DISPOSTA À MELHORAR A IMAGEM DO NOSSO COLÉGIO, À MANTER O SISTEMA EDUCACIONAL MAIS ATIVO, FAZER O APRENDIZADO CADA VEZ MAIS PRESENTE E ACREDITARMOS QUE A NOSSA ESCOLA SERÁ UMA DAS MELHORES DE TODAS AS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE PORTO ALEGRE. (RE) AJUDAR QUALQUER TIPO DE ALUNO, PROFESSOR, DIRETOR, FUNCIONÁRIO E MERENDEIRA QUANDO NECESSÁRIO, NÃO IMPORTA QUAL SERÁ A SITUAÇÃO. DEMONSTRO UM GRANDE AMOR, CARINHO E RESPEITO PELA ESCOLA. ESTOU AQUI HÁ MUITO TEMPO, E LEMBRO DE MUITA COISA QUE ACONTECEU AQUI DESDE QUE EU ENTREI, O QUE ME FAZ ME APROXIMAR MAIS DA ESCOLA, RELEMBRAR OS BONS TEMPOS. NUNCA DISSE NÃO AOS ESTUDOS, SEMPRE FUI CONTRA O BULLYING, POIS ELE DÁ AO COLÉGIO UMA IMAGEM NEGATIVA E INACEITÁVEL. EU CONSIDERO O PARAL-BA-CED UM DOS MELHORES COLÉGIOS EM QUE EU JÁ ESTUDEI, PORQUÊ AQUI TEM UMA ARQUITETURA DIFERENTE, AS CORES DELE DEFINEM BEM A SUA APARENCIA, OS UNIFORMES DIZEM QUE

libbra

CTD

VOÇÊ ESTUDA EM UM COLÉGIO BOM E OS ENSINOS BEM MAIS ELABORADOS. (RE) FAZER COM QUE MINHA TURMA SAIA DESSE COLÉGIO PASSADA E FORMADA, POIS É ISSO QUE TODOS NÓS MERECEMOS DESDE QUE NÓS ENTRAMOS AQUI, POIS É O NOSSO GRANDE DESTINO. COMETI ERROS DURANTE ESSES ANOS, MAS AGORA ME ARREPENDO DE TÊ-LOS COMETIDO E FAZEI O POSSÍVEL PARA NÃO COMETÊ-LOS NOVAMENTE. EU CONSEGUI AMAR ESSE LUGAR, POIS AQUI CONHECI VÁRIOS AMIGOS, VÁRIOS PROFESSORES BONS E UMA EXCELENTE DIRETORA. EU PUDE RESPEITAR ESSE LUGAR, POIS O PARÁIBA É UMA ESCOLA QUE ADQUIRE UM ALTO PODER EDUCACIONAL. EU SOUBE ACARICIAR ESSE LUGAR POR SER UM BOM LUGAR PARA CONSTRUIR O FUTURO. SE NÃO FOSSE POR ESSA ESCOLA, NÃO SERIA TÃO EXPERTO QUANTO EU SOU HOJE EM DIA. A CADA MATÉRIA QUE EU APRENDO, MAIS A DIFICULDADE NO APRENDIZADO FICA, PORÉM CONSEGUIREI SUPERÁ-LA, POIS O CERTO É NÃO DESISTIR E PROVARMOS PARA TODOS QUE SOMOS CAPAZES, POIS SE QUEREMOS UM MUNDO MELHOR, TEMOS QUE SEGUIR ESSES PASSOS, CASO O CONTRÁRIO, NÃO SEREMOS NINGUÉM. EU E TODOS DA MINHA TURMA IREMOS ATÉ O FINAL PARA PROVAR QUE SOMOS CAPAZES, E SE ISSO ACONTECER, FICAREI MUITO AGRADECIDO. O PARÁIBA-CIDP ACABA DE COMPLETAR 50 ANOS E COM MEU AMOR, CARINHO E RESPEITO EU O PARABENIZO. ESSE ANO DE 2015 SERÁ MEU ÚLTIMO ANO,

tilibra

ANEXO C – Discurso de uma candidata a representante de turma

ALUNO B

Por que Quero ser líder? 07/09/15

Eu quero por que sou um pessoa responsável, sempre que precisar eu estou a disposição de toda a turma, em relação a formatura e as dificuldades que a turma tiver. Eu não sou uma pessoa que falta as aulas, só quando tiver alguma necessidade se não eu não falta.

Vou ajudar o grupo a não excluir ninguém, eu farei o possível para ajudar quem precisa, para nunca repetir eu dizer não a um "por favor". Também vou ajudar os professores a evitar mal-boca com a turma, e também ajudar a turma a ser mais entrosada.

Eu sempre vou ouvir as opiniões que a turma tiver, se tiver algum problema vocês vão sempre poder chegar até mim e dizer o que está acontecendo. Nunca vou tomar uma decisão sem consultar a turma antes, sempre vou precisar das opiniões de toda esta turma.

No final deste ano nós temos a nossa formatura vamos precisar sempre trabalhar, sobre as coisas que vamos fazer para arrecadar dinheiro e mandar fazer, as nossas camisas por que, eu sei que muita gente, não gosta de usar a uniforme, então temos que mandar fazer essas camisas o mais breve possível. Bom eu espero que eu tenha alguns votos.

ANEXO D – Questionário respondido por um aluno

Conselho de classe – 1º trimestre – 7ºA

1. Ambiente escolar	1	2	3	4	5
Organização das salas de aula				X	
Ginásio de esportes				X	
Pátio			X		
Secretaria	X				
Limpeza do refeitório					X
Merenda			X		
Limpeza dos banheiros		X			
Funcionários			X		

Sugestões: PODERIAMOS TER SEMPRE ALGUÉM LA EM CIMA PARA ATENDER AOS ALUNOS.

2. Ensino-aprendizagem:	1	2	3	4	5
Participação nas atividades promovidas pela escola					X
Uso da sala de informática	X		X		
Uso de auditório e multimeios				X	
Oficina de Matemática					X
Organização do material necessário às aulas			X		
Cadernos organizados				X	
Realização de temas de casa				X	
Entrega de bilhetes e recados aos responsáveis					X
Solicitação de auxílio nas tarefas de casa		X			
Horário de estudo em casa diário			X		
Demonstra interesse pelas aulas participando					X
Pontualidade na entrega de trabalhos					X
Realização das avaliações nos dias marcados					X
Recuperação de conteúdos	X				

Sugestões: _____

3. Disciplina	1	2	3	4	5
Uso de uniforme da escola					X
Saídas durante o horario das aulas	X				
Pontualidade					X
Conversas paralelas em sala de aula				X	
Respeito com colegas e professores				X	
Atuação dos representantes de turma	X				

Sugestões: _____

PODERIAMOS TER AULA DE MUSICA
— DO OUTRO LADO
DO FOLHA

* SÓ RECEBEMOS NO FINAL DO ANO:

4. Professores	Mat	Port	Geo	Hist	Ciën	Rel	E. Fis	Artes	Esp
Segurança na exposição de conteúdos	5	3	2	4	3	0	5	3	5
Utilização de recursos didáticos nas aulas	5	0	0	0	3	0	2	0	0
Domínio de turma	5	2	4	2	3	1	5	1	4
Interesse no aprendizado do aluno	5	2	3	2	3	1	5	2	4
Organização	4	2	1	2	2	0	4	3	4
Retorno das atividades é imediato	5	4	2	2	0	0	2	*	2
Relacionamento professor/aluno	5	4	4	0	4	2	5	3	2
Avaliações de acordo com aulas dadas	5	2	0	3	2	0	5	2	3
Recuperação de conteúdos	5	0	0	1	2	0	5	3	2

Sugstões para professores:

5. Equipe diretiva	1	2	3	4	5
Preocupada com a ordem e andamento da escola em geral				X	
Circula pela escola e conversa com os alunos			*		
Aceita sugestões e opiniões sobre atividades				X	
Atende pais e alunos				X	

Sugstões:

6. SOC 4

Sugstões:


* A NARA NÃO CONVERSA COM OS ALUNOS E NÃO CIRCUA PELO COLÉGIO.

↓
E O SOC E AS VEZES A NARA, NUNCA FAZ NADA QUANDO DA ALGUMA CONFUSÃO ELAS (ES) NUNCA ENTRAM EM UM ACORDO. SÓ FICAM MANDANDO UM PEDIR DESCULPA PARA O OUTRO COMO SE ADIANTASSE ALGUMA COISA.

A NARA TAMBÉM É EPOSEIRA COM OS ALUNOS E NÃO MANTÉM UM RELACIONAMENTO AGRADÁVEL COM OS ALUNOS. E TAMBÉM ELA É MUITO DESORGANIZADA.

OUTRO
LADO
DA
FOCHA

ANEXO E – Conselho de Classe

	Conselho de Classe – Avaliação da turma	2º trimestre/2015
	Professor Conselheiro: <u>Fernando</u>	turma <u>8ª-A</u>
	Representante <u>Juliana Galvão</u>	Vice-representante <u>Eduardo Gilma</u>

1. Perfil geral da turma:

A turma em comparação ao 1º foi ainda dando algumas melhoras, continuam com interesse e até desaires nos estudos, mas estamos com notas melhores, a turma 8ª ainda dando muita ajuda com o colega.

2. Avaliação das disciplinas:

a) Matemática:

Sem reclamações do Professor. Alguns alunos com dificuldades de ler com trabalhos mas dá chance a todos os alunos o professor deve entender o lado do aluno tb.

b) Língua Portuguesa:

Um professor que dá chances, bem humorado, organizado e divertido
(chances Carimbo)

c) História:

ela dando perguntas iniciais de textos, ainda sendo melhor para estudar

d) Geografia:

Melhorar letra, não ignorar como ter critérios com as notas e não confundir a matéria com religião. Ela ajuda a turma mas colabora pouco.

e) Ciências:

mesma coisa Português só o prof.
A prof. dita p/ todos alunos lerem a matéria

f) Espanhol:

Com neg. de reclamar, pq a turma conversa, ela não falar sobre política, a vida e política da turma, pq isso também perde tempo. Melhorar a letra, organizar as explicações no quadro e começar a dar o significado de cada da palavra escrita em espanhol.

g) Educação Artística:

Oh

h) Educação Física:

Não dá tempo para os alunos jogar somente p as meninas. prestar atenção no jogo dos alunos (celular)

i) Ensino Religioso:

Mesmo que Geografia

3. Escola:

a) O que está bom:

Diretora está melhor e + compreensiva, escuta mais. Merenda

b) O que deve melhorar:

Mauricio deve ter papel ^{invisível} de ficar no celular e mandar os alunos ir atrás. Secretária parar de ficar na internet e cuidar e não ser ignorante.
Sugestão: Fazer dias temáticos
Bambuzes (limpeza)

Porto Alegre 03 / 10 /2015.

Juliana Galvão
Eduarda Silva